

CENTRO HISTÓRICO

Unesco recebe denúncia sobre demolições

ALBENÍSIO FONSECA
REPÓRTER

Em reação à demolição de 31 imóveis no Centro Histórico de Salvador, em decorrência das últimas chuvas que caíram em Salvador e pela falta de cuidado, desde há muito, com a preservação da área, o Instituto de Arquitetos do Brasil na Bahia (IAB-BA), o Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia (CAU-BA) e o Sindicato de Arquitetos e Urbanistas da Bahia (Sinarqu) encaminharam documento à Unesco-Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura, no último dia 1º, solici-

tando a inclusão do sítio histórico, reconhecido pela entidade como Patrimônio Cultural da Humanidade desde 1985 – há 30 anos, portanto – na lista do Patrimônio Mundial em Perigo.

De acordo com a presidente do IAB-BA, Solange Souza Araújo, o envio do documento foi uma “decisão estratégica no sentido de forçar as autoridades, nas três instâncias de poder (federal, estadual e municipal), a adotarem medidas no sentido de reverter o abandono arquitetônico e urbanístico do local”.

A iniciativa das entidades foi encaminhada também às representações dos



Foto: Reginaldo Ipê

RUÍNAS
Casarões
foram
demolidos
após forte
chuva

arquitetos em âmbito nacional e requisita a “vinda de uma comissão de monitoramento da Unesco para avaliar as condições em

que se encontra o patrimônio tombado”. Conforme Solange, “a demolição foi a última gota que fez transbordar nossa já esgotada

tolerância”.

As entidades representativas dos arquitetos na Bahia aproveitaram reunião ordinária do Comitê de Patrimônio da Unesco, na Alemanha, no último dia 1º, para o encaminhamento do documento. Solange Araújo ressaltou a participação do IAB na elaboração do dossiê que proporcionou o tombamento da área, em 1985, junto à instância da ONU-Organização das Nações Unidas e que o documento encaminhado aponta “preocupações com o futuro do Centro Histórico de Salvador diante das recentes chuvas, tradicional falta de manutenção dos equipamentos e frente à especulação imobiliária com o suposto avanço na venda à iniciativa privada dos espaços relegados à ruína e agora demolidos”.

DIAGNÓSTICOS

A presidente do IAB criticou as “operações pontuais” desenvolvidas no Centro Histórico por órgãos como o IPHAN, Conder e IPAC, salientando a “falta de planejamento com metas definidas e em caráter executivo”. Segundo ela, “diagnósticos existem, mas diagnóstico não conserta”. Disse, ainda, que “não se trata apenas de desenvolver intervenções sobre o patrimônio arquitetônico, mas em toda a dimensão urba-

nística, porque o local envolve o conjunto arquitetônico e todo o espaço urbano com repercussão na malha viária da cidade, além da grave situação social”.

A pergunta sobre “por que os arquitetos insistem tanto na preservação desse patrimônio?”, é formulada e respondida pela própria presidente do IAB. Segundo ela, trata-se de um casario colonial construído, inicialmente, no século XVIII que constitui o maior e mais importante sítio histórico da América latina, além de um dos maiores atrativos turísticos de Salvador, ao qual se integrou o Elevador Lacerda, no final do século XIX, compondo um cenário extraordinário no frontispício da cidade, além dos aspectos de cidades alta e baixa e no que tange ao patrimônio imaterial que envolve mistura de raças que também caracteriza o local.

Solange aludiu, ainda, dificuldade em obter documentos sobre as autorizações para a demolição de 31 imóveis em locais como as ladeiras da Montanha da Pregoça, além de outros ao lado do Elevador Lacerda, junto à Prefeitura ao IPHAN. Ela mencionou do mesmo modo, a existência de outros 100 imóveis passíveis de sofrer demolições pelo descaso com preservação do casario histórico.

Falta de política de preservação é apontada

O documento, assinado pelos presidentes do CAU, Guivaldo d’Alexandria Baptista, do IAB, Solange Souza de Araújo, e do Sinarqu, Maria Auxiliadora de Oliveira Machado, foi redigido e encaminhado em espanhol ao Comitê de Patrimônio da Unesco e elenca, entre outras demandas, a falta de uma política de preservação, evidenciada a partir de fatos como:

I. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador, de 2008, está sub judice até a presente data.

II. A Prefeitura Municipal de Salvador não tem um serviço de Patrimônio e só atua na área para a demolição.

III. A Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Conder responsável por fazer o trabalho no Centro Histórico não conta com profissionais especializados em conservação e restauração de monumentos. A Conder é a empresa pública responsável pela condução de todas as obras públicas do gover-

no do Estado da Bahia.

IV. O chamado Plano Participativo de Reabilitação do Centro Antigo, realizado pela Conder em 2010, é apenas um diagnóstico da área e não um plano executivo, que até hoje não saiu do papel.

V. O “Escritório Técnico de Licenciamento e Fiscalização - ETELF” na sigla em Português, que reuniu técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico - IPHAN (federal), estadual e municipal para avaliar conjuntamente os projetos e trabalhos de licença sobre o Centro Histórico foi desativado.

De forma incisiva, o documento dos arquitetos balneanos faz ver o quanto “falta uma política específica para a área e a compreensão das autoridades de que o problema do Centro Histórico de Salvador é mais urbanístico e social que arquitetônico”; que “a área perdeu população, formas de renda e serviços e entrou em depressão, especialmente no trecho da Cidade Baixa”. Acen-

tando, além disso, que “a Prefeitura de Salvador pretende mudar seu Centro Administrativo para a periferia do Centro Antigo e, com isso, marginalizar ainda mais o sítio histórico”.

A denúncia à Unesco sinaliza, também, que “o tu-

“Mostra que
“o projeto
de
reabilitação
de edifícios antigos
na parte baixa do
Centro Histórico
para a habitação
social, desenvolvido
pela Faculdade de
Arquitetura da
UFBA, há 12 anos,
não foi
implementado

rismo tornou-se inconsistente por não conseguir manter a atividade econômica e a vitalidade do local”. O atual estado “depressivo” do Centro Histórico, conforme o documento, “decorre da intervenção radical do Estado da Bahia, na década de 1990, para transformá-lo em um “shopping a céu aberto” com “exclusão da função habitacional e a expulsão de duas mil famílias que viviam no Pelourinho”. Considera, ainda, que “a maioria dos atuais problemas do bairro é devida ao deslocamento da população e da marginalidade urbana”; que “nos últimos 15 anos a área foi praticamente abandonada e, consequentemente, centenas de pessoas perderam suas propriedades e permanecem sem condições de sustentar-se”. Mostra que “o projeto de reabilitação de edifícios antigos na parte baixa do Centro Histórico para a habitação social, desenvolvido pela Faculdade de Arquitetura da UFBA, há 12 anos, não foi implementado”.